

1

M. L. Bulhões Pedreira Toselli

TRADUTOR

JURAMENTADO

RUA BARÃO DA TORRE, 120 -- APT. 202

Tel. 227-3539

Membro da Associação dos Tradutores Públicos e Intérpretes
do Estado da Guanabara

30.01.85

Eu, abaixo assinado, tradutor público e intérprete comercial juramentado desta Praça do Rio de Janeiro, certifico que me foi apresentado um documento exarado em idioma FRANCÊS, a fim de traduzi-lo para o vernáculo, o que cumpro em razão do meu ofício, e cuja tradução é a seguinte : - - - - -

T R A D U Ç Ã O : Nº 17 841 - - - - -

(Documento original) DIÁRIO OFICIAL DA REPÚBLICA /
FRANCESA - AGÊNCIA "FRANCE-PRESSE" - ESTATUTOS -

Diários Oficiais - 26, rua Desaix - PARIS (15)- 1965

(Lei nº 57-32 de 10 de Janeiro de 1957 e textos de aplicação). - SUMÁRIO - Lei nº 57-32 de 10 de Janeiro

de 1957 referente aos Estatutos da Agência FRANCE-PRESSE (pg.3) - Decreto nº 57-281 de 9 de Março de

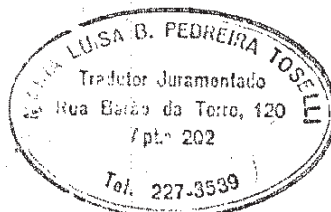
1957, referente ao regulamento de administração pública para a aplicação da lei nº 57-32 de 10 de Janeiro

de 1957, referente aos Estatutos da Agência / FRANCE-PRESSE. (pg.11) - Decreto nº 65.616 de 22 de

Julho de 1965, que modifica o decreto nº 57-281 de 9 de março de 1957, referente ao regulamento de administração pública para a aplicação da lei nº 57-32 de 10

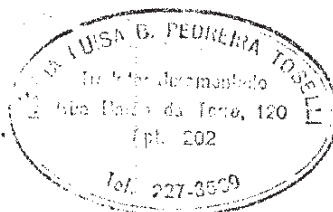
de Janeiro de 1957, referente aos Estatutos da Agência

222 3539



JUCEPA 14-335000188
RECIBO

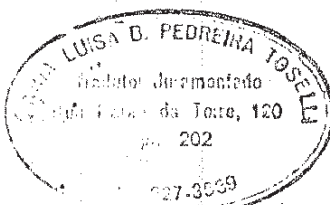
FRANCE-PRESSE (21). - Trabalhos Preparatórios : -
Assembléia nacional - Projeto de lei (nº 1196); /
Parecer da Assembléia da União francesa (nº 2288) /
após relatório do Sr. Junillon, em nome da comissão
de informação; Relatório do Sr. Soulié em nome da /
comissão da imprensa (nº 2061); Debate e adoção a
3 de Julho de 1956. - - - Conselho da República : /
Projeto de lei adotado pela Assembléia nacional (nº
603, S.O. 1955-1956); - Relatório do Sr. Pezet em /
nome da comissão da imprensa (nº 72, S.O. 1956-1957);
Debate e adoção a 15 de novembro de 1956. - - - As-
sembléia nacional : Projeto de lei modificado pelo
Conselho da República (nº 3260); Relatório do Sr. /
Soulié em nome da comissão da imprensa (nº 3418); /
Adoção, sem debate, a 19 de dezembro de 1956. - - -
Conselho da República : Projeto de lei modificado
pela Assembléia nacional (nº 192, S.O. 1956-1957);
Relatório do Sr. Pezet em nome da comissão da impre-
sa (nº 207, S.O. 1956-1957); Debate e adoção a 28/
de dezembro de 1956. - - - Assembléia Nacional: Ato
lavrado da adoção conforme, a 28 de dezembro de 1956.
LEI Nº 57-32 DE 10 DE JANEIRO DE 1957 - Referente /
aos estatutos da Agência FRANCE-PRESSE. (Diário O-
ficial de 11 de Janeiro de 1957). - - - - -
Após o parecer da Assembléia da União francesa, a /
Assembléia nacional e o Conselho da República deli-



beraram, a Assemblêia nacional adotou, e o Presi - 2.
dente da República promulgou a lei cujo conteúdo é o
seguinte : Artigo 1 - É criado, sob a denominação
de "AGÊNCIA FRANCE-PRESSE", um organismo autônomo,/
dotado da personalidade civil e cujo funcionamento/
está assegurado de acordo com as regras comerciais.
O objeto desse organismo é o seguinte : 1º - Procu-
rar, tanto em França e no conjunto da União france-
sa, como no estrangeiro, os elementos de uma infor-
mação completa e objetiva; - 2º De colocar contra
pagamento essa informação à disposição dos usuários
Artigo 2 - A atividade da Agência FRANCE-PRESSE /
fica sujeita às seguintes obrigações fundamentais :
1º - A Agência FRANCE-PRESSE não pode, em circuns -
tância alguma, tomar em consideração influências ou
considerações de natureza a comprometer a exatidão/
ou a objetividade da informação: ela não deve, em
circunstância alguma, passar sob o controle de di -
reito ou de fato de um grupo ideológico, político ou
econômico; - 2º - A Agência FRANCE-PRESSE, na me-
dida total de seus recursos, deve desenvolver sua /
ação e aperfeiçoar sua organização para dar aos usu-
ários franceses e estrangeiros, de modo regular e
sem interrupção, uma informação exata, imparcial e
digna de fê; - 3º - A Agência FRANCE-PRESSE, na me-
dida total de seus recursos, deve assegurar a exis-



tência de uma rede de estabelecimentos que lhe confi-
ram o caracter de um organismo de informação de irra-
diação mundial. - - - Artigo 3 - Fica instituído /
um conselho superior encarregado de vigiar que as o-
brigações enunciadas no artigo 2 sejam respeitadas.
Artigo 4 - Esse conselho superior compõe-se como se-
gue : De um membro do Conselho de Estado em ativida-
de ou honorário, eleito pela assembléia geral do Co-
selho de Estado, presidente, com voto preponderante;
De um magistrado em atividade, ou honorário do Supre-
mo Tribunal de Justiça, eleito pela assembléia geral
do dito Tribunal; De dois representantes dos direto-
res de empresas de publicações de diários, designados
pelas organizações profissionais as mais representa-
tivas; o valor representativo dessas organizações é
avaliado dentro das condições estabelecidas pela lei
nº 53-287 de 7 de abril de 1953 e pelos textos deter-
minados para sua aplicação; De um jornalista profis-
sional, designado pelas organizações profissionais as
mais representativas; - De um representante da rádio-
difusão-televisão francesa, designado dentro das con-
dições estabelecidas pelo regulamento de administra-
ção pública previsto no artigo 17 da presente lei; /
De dois membros escolhidos pelos outros membros do /
conselho superior, um entre as personalidades que já

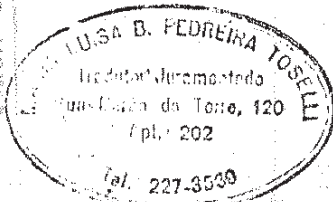


335000187
JUCERVA
PREF. SÃO PAULO

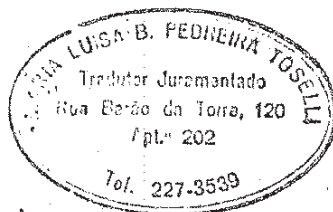
exerceram, além-mar, altas funções administrativas, o outro, entre as personalidades que já exerceram, no estrangeiro, uma alta função representativa da França. Os membros do conselho superior são designados por / três anos. Seu mandato é renovável. Todavia, o mandato dos membros do primeiro conselho superior sô / termina na expiração de um período de quatro anos. - Fica terminado, de pleno direito, o mandato de qualquer membro que perder a qualidade em virtude da qual foi designado. Quando o mandato de um membro terminar, por qualquer motivo que seja, antes do prazo normal, a duração do mandato de seu sucessor terminará ao mesmo tempo que aquela dos outros membros do conselho. - As modalidades de funcionamento do conselho superior e as condições em que serão supridas as suas despesas são estabelecidas pelo regulamento de administração pública previsto no artigo 17 da presente lei. - - - Artigo 5 - O conselho superior pode ser encarregado, por um usuário ou uma organização profissional de imprensa, ou nas condições previstas no artigo 12, pela comissão financeira, de resolver qualquer fato de natureza a constituir uma infração às obrigações enunciadas no artigo 2. - O conselho superior julga, dentro do prazo de três meses, se o fato para o qual foi chamado a deliberar, constitui uma infração às obrigações do artigo 2. - No caso afirmativo,

LUISA B. PEDREIRA JOSE
Tradutor Juramentado
Rua Parão da Torre, 120
Apt. 202
Tel. 227-3539

ele encaminha as observações ou injunções úteis ao conselho de administração e ao presidente diretor - geral. - Se o fato incriminado resultar de uma decisão do conselho de administração, ele pode suspender a sua execução e solicitar ao dito conselho que proceda a uma segunda deliberação, a qual deverá ser// tomada dentro do prazo de um mês; a decisão posta em discussão só pode ser mantida por uma maioria de doze votos. - Se o fato incriminado resultar de uma falta grave do presidente diretor geral, o conselho superior, tendo ouvido o parecer do conselho de administração deliberando fora da presença do presidente diretor geral, pronuncia a cessação das funções deste último. - No início de cada ano, será apresentado ao conselho, pelo presidente diretor geral, um relatório descrevendo a atividade da Agência FRANCE-PRESSE em relação às obrigações enunciadas / no artigo 2. - - - Artigo 6 - A Agência FRANCE - PRESSE é administrada por um conselho de administração, presidido pelo presidente diretor geral da agência. - - - Artigo 7 - O conselho de administração comporta, além do presidente : 1º - Oito representantes dos diretores de empresas francesas de publicação de jornais diários, designados pelas organizações profissionais as mais representativas; o / valor representativo dessas organizações é avaliado

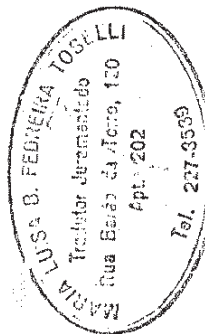


nas condições estabelecidas pela lei nº 53.287 de 7 . 7 .
de abril de 1953 e pelos textos determinados para sua
aplicação; - 2º Dois representantes da radiodifusão
francesa, designados nas condições estabelecidas pelo
regulamento de administração pública previsto no ar-
tigo 17 da presente lei; - 3º - Três representantes/
dos serviços públicos usuários da agência, designados
nas mesmas condições, e, respectivamente, pelo presi-
dente do conselho, o ministro das Relações Exteriores
e o ministro das Finanças e dos assuntos econômicos;/
4º - Dois representantes do pessoal da agência, a sa-
ber : um jornalista profissional, eleito pela assem-
bléia dos jornalistas profissionais de nacionalidade/
francesa, que pertença ao pessoal de redação da agên-
cia. E de um agente, que pertença às outras catego-
rias de pessoal, eleito pelo conjunto dos agentes de
nacionalidade francesa dessas categorias. - O conse-
lho elege, por maioria de votos, um vice-presidente,/
escolhido entre aqueles de seus membros que represen-
tam os diretores de empresas de publicação. O presi-
dente diretor geral não participa da votação. - A du-
ração do mandato dos membros do conselho de adminis-
tração é de três anos. Seu mandato é renovável. Toda-
via, o mandato dos representantes dos serviços públi-
cos poderá ser terminado, a qualquer momento, pelo pre-
sidente do conselho ou pelo ministro ao qual estão / .



A handwritten signature in dark ink, located at the bottom right of the page.

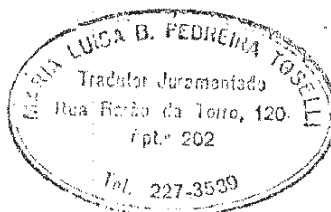
subordinados. - Será terminado, de pleno direito, o mandato de qualquer membro que perder a qualidade em virtude da qual ele foi designado. - Em caso de cessação de função de um membro por qualquer motivo que seja, a duração do mandato de seu sucessor terminará ao mesmo tempo que aquela dos outros membros do conselho. - As disposições dos artigos 6 e 8 do decreto de 8 de agosto de 1935, relativos à aplicação aos gerentes e administradores de sociedades, da legislação da falência e da bancarrota, e que institui a interdição e a perda do direito de gerir e administrar uma sociedade, são aplicáveis aos membros do conselho de administração. - - - Artigo 8 - O conselho de administração fica investido dos mais amplos poderes para a gestão e administração da agência. - O presidente diretor geral fica encarregado da preparação e execução das deliberações do conselho de administração, da direção do conjunto dos serviços da agência e da representação desta última. - O vice-presidente assiste ou substitui o presidente diretor geral em suas missões de representação. Em caso de impedimento do presidente diretor geral, ele é substituído na presidência do conselho de administração pelo vice-presidente ou, na falta deste, por um administrador escolhido pelo conselho de administração e dentro deste. As outras atribuições do presidente ./.



A handwritten signature in dark ink, possibly reading "J. P. S.", located at the bottom right of the page.

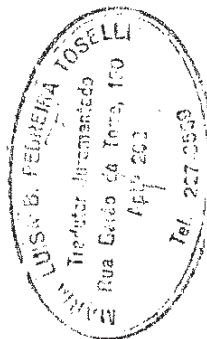
JURADO Nº 335000188

diretor geral, no mesmo caso, são exercidas pelos di . 9 .
retos ou chefes de serviço da agência que, para es-
se fim, tenham recebido delegação do presidente dire-
tor geral, com o acordo do conselho de administração.
Os poderes respectivos do conselho de administração/
e do presidente diretor geral, são determinados pelo
regulamento de administração pública previsto no ar-
tigo 17 da presente lei. - O conselho de adminis-
tração pode delegar alguns de seus poderes ao presi-
dente diretor geral. - - - Artigo 9 - O estatuto do
pessoal da agência é estabelecido pelo conselho de /
administração, por proposta do presidente diretor /
geral e após o parecer da comissão financeira. - Ele
é determinado com referência às convenções coletivas
que regem o pessoal das empresas de imprensa. - - -
Artigo 10 - O presidente diretor geral é designado
dentro dos três meses da vaga do cargo pelo conselho
de administração, fora de seus membros, e por um pe-
ríodo de três anos, renovável. A primeira designação
ocorre nas mesmas condições, dentro dos três meses /
da promulgação da presente lei. - Essa nomeação deve
ser obtida com doze votos, no mínimo. - Se nenhum no-
me reunir esse número de votos após três eleições, as
quais são realizadas nas condições estipuladas pelo
regulamento de administração pública, o conselho su-
perior propõe ao conselho de administração dois // . /

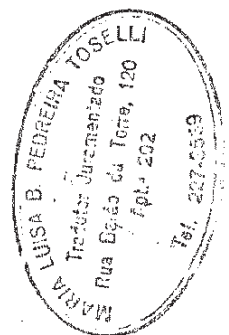


A handwritten signature in dark ink, located at the bottom right of the page.

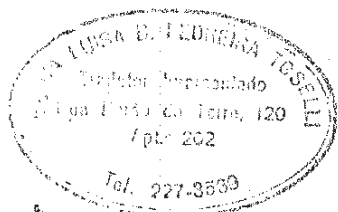
candidatos; aquele entre os candidatos que obtiver o maior número de votos é eleito presidente diretor/geral. - A cessação das funções do presidente diretor geral pode ser decidida pelo conselho de administração por falta grave de gestão cometida no exercício de suas funções, ou por ato incompatível com o cumprimento de sua missão. Essa decisão deve ser tomada fora da presença do presidente diretor geral, e por doze votos, no mínimo. - Em caso de rejeição de uma proposta relativa à aplicação da alínea precedente, ou quando não tiver sido possível reunir doze / membros do conselho de administração no curso de duas sessões convocadas com quinze dias de intervalo / para se pronunciarem sobre uma tal proposta, uma reclamação poderá ser apresentada por três membros, no mínimo, do conselho de administração, ao conselho superior que delibera. - - - Artigo 11 - O presidente diretor geral fica civilmente responsável perante a Agência FRANCE-PRESSE das faltas graves que teria cometido no exercício de suas funções. Sua responsabilidade pode ser discutida pelo presidente da / comissão financeira prevista no artigo 12 adiante, / exercendo judiciariamente, para este fim, as ações / da Agência FRANCE-PRESSE. - - - Artigo 12 - Fica / instituída uma comissão financeira da Agência FRANCE PRESSE. - Essa comissão compreende dois membros do Tribunal de Contas, designados pelo primeiro presidente. /



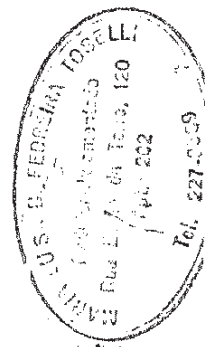
previsto no artigo 17 da presente lei. - A missão / do administrador provisório termina logo da instituição do novo conselho. - A comissão financeira apura as contas da Agência FRANCE-PRESSE. Ela envia um relatório anual sobre a gestão financeira da Agência FRANCE-PRESSE ao conselho de administração, que o leva ao conhecimento do conselho superior. Ela pode / chamar a atenção do conselho superior sobre os fatos constatados por ela, e de natureza a constituir um / desconhecimento das obrigações definidas no artigo 2 acima. - - - Artigo 13 - Os recursos da Agência / FRANCE-PRESSE são constituídos pelo produto da venda dos documentos e serviços de informação a seus clientes, e pelo rendimento de seus bens. As condições de venda aos serviços públicos do Estado são determinadas por uma convenção entre o Estado e a Agência / FRANCE-PRESSE; essa convenção fixa o número e a taxa das assinaturas subscritas pelos ditos serviços, / na base das tarifas aplicadas às empresas da imprensa francesas. - Ela pode ser revista em caso de variação da taxa de conversão aplicável às taxas telegráficas e radiotelegráficas internacionais. - - - / Artigo 14 - A Agência FRANCE-PRESSE só pode ser dissolvida por uma lei. - Em caso de cessação dos pagamentos constatada pelo tribunal de comércio sob pedido, quer do conselho de administração, quer da comissão



financeira, quer dos credores, o Governo deve encarregar o Parlamento, dentro do prazo de um mês, de um projeto de lei para que, ou sejam fixadas as condições em que a Agência FRANCE-PRESSE possa prosseguir sua atividade, ou seja pronunciada a dissolução da agência e a liquidação de seus bens. Poderá ser instituído, por decreto um Conselho de Estado junto à administração provisória da Agência FRANCE-PRESSE / até a intervenção da lei. - - - Artigo 15 - O tribunal de comércio pode pronunciar contra o presidente diretor geral e os demais membros do conselho de administração as irregularidades previstas no artigo 10 do decreto de 8 de agosto de 1935, referente à aplicação aos gerentes e administradores de sociedades da legislação da falência e da bancarrota. - - - Artigo 16 - A Portaria de 30 de setembro relativa à criação a título provisório da Agência FRANCE-PRESSE fica anulada. - Os locais, instalações, aparelhagem e outros elementos de ativo postos à disposição dessa agência pelo artigo 2 da Portaria de 30 de setembro de 1944, ou adquiridos após essa data por ela, são postos gratuitamente à disposição do organismo criado pela presente lei, por um prazo de três anos, renovável por decreto em conselho dos ministros, até que seja deliberado definitivamente sobre o destino dos ditos bens por uma disposição legislativa.

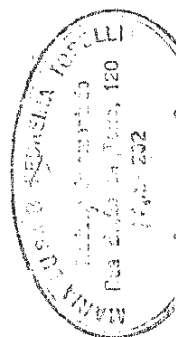


tiva. - No que concerne os imóveis em vias de construção, destinados à Agência FRANCE-PRESSE, uma convenção entre o Estado e a nova agência regularizará as condições em que eles poderão ser postos à disposição desta última ou lhe serem transferidos. - - A Agência FRANCE-PRESSE, ademais, fica substabelecida de um modo geral nos direitos e obrigações do organismo criado pela Portaria de 30 de setembro de 1944. A eventual transferência dos bens e direitos acima mencionados não dá ensejo a nenhuma percepção em proveito do Tesouro. Quaisquer atos e convenções que ocorrerem na aplicação do presente artigo, são isentos de selo, bem como dos direitos de registro e hipoteca. - Artigo 17 - Um regulamento de administração pública estabelecerá as condições de aplicação da presente lei. - A presente lei será executada como / lei do Estado. - Feito em PARIS, a 10 de janeiro de / 1957. RENE COTY. Pelo Presidente da República, o Presidente do Conselho dos Ministros, GUY MOLLET. O Ministro de Estado, ministro da Justiça, encarregado da / Justiça: FRANÇOIS MITTERRAND. - O Ministro das Relações Exteriores; CHRISTIAN PINEAU. - O Ministro dos Assuntos econômicos e financeiros: PAUL RAMADIER. O Ministro dos Assuntos sociais, Ministro da França do / além-mar interino: ALBERT GAZIER. - O Ministro dos Assuntos sociais : ALBERT GAZIER. - - - - -



[Handwritten signature]

de seu conselho de administração". - Artigo 3 - O /
conselho superior reúne-se por convocação de seu /
presidente. São poderá deliberar quando, no mínimo, /
quatro de seus membros estiverem presentes à sessão.
As decisões são tomadas pela maioria dos membros pre-
sentes. Em caso de empate, o voto do presidente é pre-
ponderante. - O conselho superior estabelece seu re-
gulamento interno que poderá, de modo particular, ins-
tituir um processo de voto por cédula secreta. Po-
rém, em caso de empate de votos, o presidente dará a
conhecer seu voto nas condições previstas pelo regu-
lamento interno. Os membros do conselho superior são
obrigados ao sigilo do voto. - Artigo 4 - Em caso de
ausência ou impedimento do presidente, o conselho /
superior pode deliberar sob a presidência do magis-
trado designado pelo Supremo Tribunal de Justiça, /
cujo voto é preponderante. - Artigo 5 - O Secretá-
rio geral do conselho superior é escolhido entre os
membros das jurisdições da ordem administrativa ou
judiciária. - O Secretário geral e os agentes postos
à sua disposição são designados pelo presidente do
conselho superior. - Artigo 6 - As questões submeti-
das ao conselho superior constituem o objeto de um
relatório. O conselho superior designa os relatores
entre os seus membros, ou a título excepcional, entre
os membros das jurisdições da ordem administrativa
ou judiciária. - Os relatores que não são membros

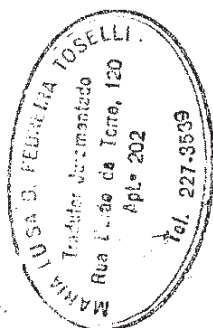
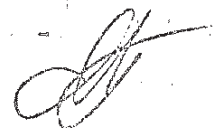


[Handwritten signature]

0
DECRETO Nº 57.281 DE 9 DE MARÇO DE 1957 relativo ao/ 15 .
regulamento de administração pública para a aplicação
da lei nº 57-32 de 10 de Janeiro de 1957 referente aos
estatutos da Agência FRANCE-PRESSE. (1). (Diário Ofi-
cial de 10 de Março de 1957, retificativo. D.O. de 20
de Março de 1957). - - - - -

O Presidente do conselho dos ministros: Visto o rela-
tório do Secretário de Estado junto à presidência do
conselho, encarregado da informação, do Ministro de Es-
tado, ministro da Justiça, encarregado da justiça, do Mi-
nistro das Relações Exteriores, do Ministro da Fazen-
da, do Ministro da França do além-mar, do Ministro /
dos Assuntos sociais, do Secretário de Estado para os
assuntos econômicos e do Secretário de Estado para o
orçamento, Considerando a lei nº 57-32 de 10 de Janei-
ro de 1957 referente aos estatutos da Agência FRANCE-
PRESSE, e, particularmente o art. 17, nos termos do/
qual "um regulamento de administração pública estabe-
lecerá as condições de aplicação da presente lei"; /
Ouvindo o Conselho de Estado, DECRETA: Capítulo I -
Conselho superior da Agência FRANCE-PRESSE. - Arti -
go 1 - A lista dos membros do conselho superior da A-
gência FRANCE-PRESSE, designados nas condições estabe-
lecidas pelo art. 4 da lei de 10 de janeiro 1957, foi
publicado no Diário Oficial da República Francesa. -
Artigo 2 - (Dec. nº 65-616 de 22 de Julho de 1965 -
art.1) - "O Ofício da radiodifusão-televisão francesa
é representado no conselho superior pelo presidente /

(1) Modificado pelo Dec. nº 65.616 de 22 de Julho de
1965 (Diário Oficial de 28 de Julho de 1965). -



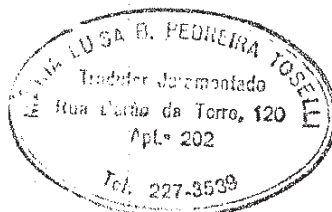
NEW YORK DISTRICT OFFICE
 Feb 24 1962
 Tel. 227-5753

do conselho superior assistem, com voto consultivo, às sessões, no curso das quais seu relatório é discutido. 17 .

Artigo 7 - As despesas do conselho superior ficam a cargo da Agência FRANCE-PRESSE. Elas comportam : As indenizações ou férias judiciais atribuídas ao presidente, aos membros do conselho, aos relatores, ao secretário geral e aos agentes do secretariado, tais / como estão estabelecidas por Portaria do Ministro encarregado do orçamento. - As indenizações por despesas de viagem, tais como estão estabelecidas para o pessoal do Estado do grupo I; - As despesas de funcionamento administrativo e de material. - O estado previsível das despesas é encerrado, para cada exercício, pelo conselho superior, após o parecer da comissão financeira. - Os estados de indenizações, de despesas e de férias judiciais são certificados exatos pelo presidente do conselho superior, e as despesas correspondentes são contraídas pelo presidente diretor geral da Agência FRANCE-PRESSE, dentro dos limites das verbas abertas para o estado previsível. -

Capítulo II - Conselho de Administração - Artigo 8 -

Os administradores devem ser de nacionalidade francesa, gozar de seus direitos civis e políticos, e não terem incorrido em nenhuma pena de detenção ou infamante. - Qualquer membro que perder a qualidade em virtude da qual foi designado, ou que tiver o seu



A handwritten signature in dark ink, appearing to be "L. Tosele".

O voto é feito por correspondência, em cédula secreta, em uma única votação. - Uma decisão do presidente diretor geral da Agência FRANCE-PRESSE, submetida à aprovação do conselho superior, fixa a data e a organização das eleições. - - - Artigo 12 - No caso previsto na sétima alínea do artigo 12 da lei de 10 de Janeiro de 1957, o administrador provisório fará proceder às eleições dos representantes do pessoal da agência, e provocará a designação dos demais membros do consêlho de administração. - - - Artigo 13 - O conselho de administração reúne-se por convocação de seu presidente, todas as vezes que o exigir o funcionamento da agência. O presidente deve convocá-lo se o pedido for feito pela quarta parte, pelo menos, de seus membros ou pelo presidente da comissão financeira. - Um membro do conselho de administração pode se fazer representar por outro membro. Todavia, nenhum membro pode dispor de mais de um voto além do seu. - A presença de oito membros, no mínimo, é necessária para que o conselho de administração possa deliberar validamente. Se essa condição não for cumprida, o conselho de administração é convocado novamente dentro de um prazo que não poderá ser inferior a três dias, nem superior a dez dias. Nessa segunda reunião, as deliberações são válidas, seja qual for o número dos presentes, .1

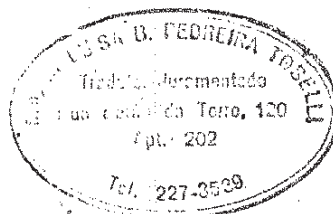


A handwritten signature in dark ink, possibly reading 'LUSA' or similar, located at the bottom right of the page.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
BIBLIOTECA DE DOCUMENTAÇÃO
3350000188

mas elas só podem alcançar os assuntos constantes da ordem do dia da primeira reunião. - Sob reserva das disposições do artigo 16 abaixo, as deliberações são tomadas pela maioria dos membros presentes ou representados. Em caso de empate, o voto do presidente é preponderante. - As deliberações são consignadas em atas, lavradas em um livro especial e assinadas pelo presidente e pelo secretário designado pelo conselho.

Artigo 14 - O conselho de administração fica investido dos mais extensos poderes para gerir e administrar a Agência FRANCE-PRESSE, agir em nome desta última, executar ou autorizar quaisquer atos e operações relativos a seu objeto. - Ele tem, particularmente, os poderes enumerados nas alíneas seguintes, / que são enunciativos e não limitativos : - 1º - Designação do presidente diretor geral e do vice-presidente; fixação do estatuto do pessoal nas condições previstas no artigo 9 da lei de 10 de Janeiro de 1957, nomeação e revocação dos diretores da agência, por / proposta do presidente diretor geral: - 2º - Estabelecimento dos estados anuais de previsão das receitas e das despesas, do inventário, do balanço, da / conta de lucros e perdas; - 3º - Fixação e modificação das condições gerais de prestação dos serviços de informação, de venda e compra dos documentos, tomando-se em consideração, particularmente, as dis - . /

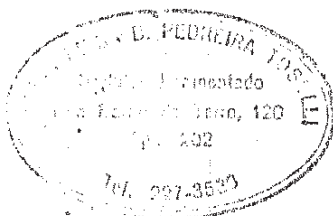


posições previstas no artigo 13, alíneas 2 e 3, da . 21 .
lei de 10 de Janeiro de 1957; - 4º - Tomadas de par-
ticipações em quaisquer sociedades francesas ou es-
trangeiras, constituídas ou a constituir, dentro do
âmbito do objeto da agência e de suas obrigações /
fundamentais; - 5º - Autorização de empréstimos, /
adiantamentos ou pedidos de empréstimos; - 6º - Es-
tabelecimento de escritórios ou sucursais por toda /
a parte onde for julgado necessário, e cumprimento /
das formalidades requeridas pela legislação dos paí-
ses nos quais a agência for chamada a exercer sua /
atividade; - 7º - Compras, vendas, locações, permu-
tas e alienações de bens, móveis e imóveis, bem co-
mo, retiradas, transferências, conversões e aliena-
ções de valores mobiliários, registro de quaisquer /
garantias mobiliárias ou imobiliárias sobre os bens
da agência; - 8º - Outorga de quaisquer contratos,
tratados e ajustes; exercício de quaisquer ações pe-
rante jurisdições, tanto em qualidade de autor como
de réu, sob reserva das disposições do artigo 11 da
lei de 10 de janeiro de 1957: autorização para quais-
quer transações, compromisso, desistências. O con-
selho de administração pode dar ao presidente dire-
tor geral delegação permanente ou temporária para /
exercer alguns de seus poderes, com exceção daque-
les indicados nos itens 1º a 4º acima. - No que / . /



JUL 21 1964
RECEBUE

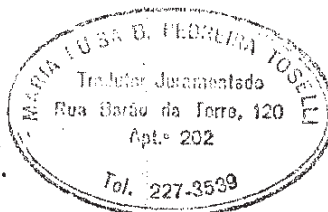
concerne as operações mencionadas no item 59, a delegação só pode ser dada para quantias inferiores ao máximo estipulado por decisão do conselho de administração, aprovada pela comissão financeira. -/. As decisões do conselho de administração e do presidente diretor geral, que comportarem compromisso de despesas, só podem ser tomadas dentro do limite das verbas que correspondem às despesas da espécie, previstas nos estados de previsão. - - - Artigo 15 - Qualquer convenção entre a Agência FRANCE-PRESSE e um de seus administradores, quer direta ou indiretamente, seja por pessoa interposta, deve ser previamente autorizada pelo conselho de administração. - O mesmo ocorre para as convenções entre a Agência/FRANCE-PRESSE e uma outra empresa, caso um dos administradores da agência seja proprietário, associado em nome, gerente, administrador ou diretor da empresa. O administrador que se encontrar em um desses casos assim previstos, é obrigado a notificar, nesse sentido, o conselho de administração. - As convenções, objeto das alíneas precedentes, devem ser aprovadas pela comissão financeira. - As disposições que precedem não são aplicáveis às convenções normais referentes às operações da Agência FRANCE-PRESSE com seus clientes. - Fica proibido aos administradores contraírem, sob uma forma qualquer, emprê-



timos junto à Agência FRANCE-PRESSE, obter com que/ ela lhes consinta um descoberto em conta corrente / ou de outra forma, bem como, garantir ou avaliar/ por ela, seus compromissos com terceiros. - - - - /

Capítulo III - Presidente diretor geral - Artigo

16 - O presidente diretor geral é designado nas condições previstas no artigo 10 da lei de 10 de janeiro de 1957, por um voto em cédula secreta. - Para a eleição do presidente diretor geral, o conselho de administração reúne-se por iniciativa e sob a presidência de seu membro mais adiantado em idade. - Se, na primeira votação, nenhum nome obtiver os doze votos exigidos, proceder-se-á a uma segunda votação, e, se for o caso, a uma terceira. - Após cada votação, o conselho de administração decidirá se a segunda votação terá lugar imediatamente, ou dentro de um prazo que não poderá ser superior a cinco dias. - Dentro dos oito dias após a terceira votação negativa, o conselho superior proporá ao conselho de administração dois candidatos. Realiza-se então a eleição do presidente diretor geral por maioria relativa dos membros presentes ou representados. - Artigo 17 - O presidente diretor geral assume, sob sua responsabilidade, a direção geral da Agência FRANCE-PRESSE, e representa-a. Ele prepara e executa as deliberações ./

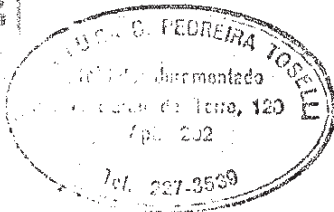


[Handwritten signature]

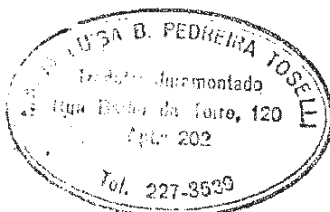
UCCBVA 4 0 3 3 5 0 0 0 1 0 8 7
PÉLO

do conselho de administração. Exerce os poderes /
que lhe foram delegados por este último. Dirige o
conjunto dos serviços da agência. Nomeia e desti-
tui os agentes, e propõe ao conselho de administra-
ção a nomeação ou destituição dos diretores, den-
tro das condições previstas pelos estatutos do pes-
soal. Ele dispõe da assinatura social. - Com o /
acordo do conselho de administração, pode consentir
delegações de assinatura aos diretores ou chefes de
serviço da agência, para os atos da gestão corrente.
Em caso de ausência ou impedimento do presidente/
diretor geral, suas atribuições são exercidas, nas
condições previstas na terceira alínea do artigo 8/
da lei de 10 de Janeiro de 1957. Caso o presidente
esteja na incapacidade temporária de dar delegação
aos diretores ou chefes de serviço da agência, o con-
selho de administração pode, de ofício, agir neste
sentido. - Capítulo IV - Comissão financeira -
Artigo 18 - A comissão financeira reúne-se por /
convocação de seu presidente. Se o presidente esti-
ver impedido, é substituído pelo outro membro da co-
missão que pertencer ao Tribunal de Contas. A comis-
são financeira só pode deliberar se, pelo menos, do-
is de seus membros estiverem presentes à sessão. Em
caso de empate, o voto do presidente é preponderan-
te. Magistrados do Tribunal de Contas ou peritos

Em 10 de Janeiro, 1958
a reunião da comissão financeira
foi realizada e a seguinte decisão
foi tomada: a comissão financeira
reúne-se por convocação do seu presidente.
Se o presidente estiver impedido,
é substituído pelo outro membro da comissão
que pertencer ao Tribunal de Contas.
A comissão financeira só pode deliberar se,
pelo menos, dois de seus membros estiverem
presentes à sessão. Em caso de empate,
o voto do presidente é preponderante.
Magistrados do Tribunal de Contas ou peritos



contadores podem ser agregados à comissão em qualidade de de relatores. - Um ou mais agentes do serviço jurídico e técnico da informação são colocados à disposição do presidente da comissão financeira, para os trabalhos de secretariado. - - - Artigo 19 - A comissão financeira estabelece seu regulamento interno, o qual determina, particularmente, as condições em que se processa a verificação geral permanente da gestão financeira e a apuração das contas, e dá quitação aos administradores da gestão deles. - - Artigo 20 - As despesas de funcionamento da comissão financeira ficam a cargo da Agência FRANCE-PRESSE. Elas compo-
tam : As indenizações ou férias judiciais atribuí-
das ao presidente, aos membros da comissão, aos rela-
tores e aos agentes do secretariado, estipuladas den-
tro das formas previstas no artigo 7, acima; - As in-
denizações de viagem, tal como são estabelecidas pa-
ra o pessoal do Estado do grupo I; - As despesas de
funcionamento administrativo e de material. - - -
Capítulo V - Gestão Financeira - Artigo 21 - Os/
estados de previsão de receitas e de despesas são es-
tabelecidos para o período que vai de 1º de Janeiro/
a 31 de Dezembro de cada ano. As receitas, estima-
das a partir das entradas do exercício precedente, /
deverão permitir que sejam cobertas as despesas de /
exploração e de equipamento para o exercício, às quais ./

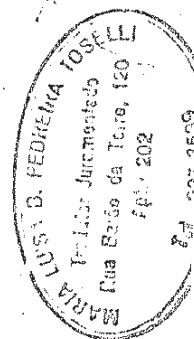


JUCERJA Nº 1-33500002881
PREF. SÃO PAULO

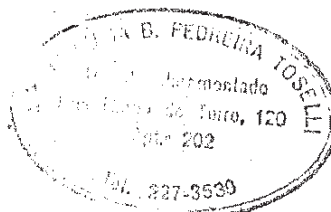
acrescenta-se, eventualmente, o déficit do ano precedente. - Os estados de previsão estabelecidos pelo conselho de administração são transmitidos à comissão financeira, no mais tardar no dia 15 de novembro que preceder a abertura do exercício. A comissão / examina se esses estados garantem um equilíbrio real das receitas e despesas, e, em caso negativo, reenvia os estados ao presidente diretor geral antes de 10 de Dezembro. A nova deliberação do conselho de administração deve ocorrer dentro dos quinze dias que / seguirem o recebimento, pelo presidente diretor geral, das observações da comissão financeira. - Se, no curso do exercício, a comissão financeira constatar que o equilíbrio entre as receitas e despesas estabelecido nos estados de previsão foi quebrado, ela poderá solicitar ao presidente diretor geral que convoque o conselho de administração, que deverá se reunir dentro dos quinze dias após a solicitação, e tomar todas as medidas necessárias. - Artigo 22 - O inventário, balanço e conta de lucros e perdas são estabelecidos e transmitidos à comissão financeira dentro de seis meses após o encerramento do exercício. A comissão financeira se pronuncia no ano que seguir o encerramento do exercício. - - - - -

Capítulo VI - Disposições transitórias - Artigo 23 -

Para a constituição do primeiro conselho de administração, uma Portaria ministerial emanando do



27 .
ministro encarregado da informação, organizará as eleições dos representantes do pessoal da Agência / FRANCE-PRESSE nas condições previstas nas duas primeiras alíneas do artigo 11 acima. - - - Artigo 24 -
O primeiro exercício financeiro da Agência FRANCE - PRESSE compreenderá o tempo decorrido desde a designação do presidente diretor geral, até 31 de dezembro de 1957. - - - Artigo 25 - O ministro de Estado, ministro da Justiça, encarregado da justiça, o ministro das Relações Exteriores, o ministro da Fazenda, o ministro da França do além-mar, o ministro dos Assuntos sociais, o Secretário de Estado junto à presidência do conselho, encarregado da informação, o Secretário de Estado para os Assuntos econômicos, e o Secretário de Estado para o orçamento, ficam encarregados, cada um no que lhe concerne, da execução do presente decreto, que será publicado no Diário / Oficial da República Francesa. - - - Feito em PARIS, a 9 de março de 1957. - GUY MOLLET. Pelo presidente do conselho dos ministros : O Ministro de Estado, ministro da Justiça, encarregado da justiça : FRANÇOIS MITTERRAND. - O Ministro das Relações Exteriores : CHRISTIAN PINEAU. O Ministro da Fazenda : PAUL RAMADIER. - O Ministro da França do além-mar : GASTON DEFERRE. - O Ministro dos Assuntos sociais : ALBERT GAZIER. O Secretário de Estado junto à presi- . /

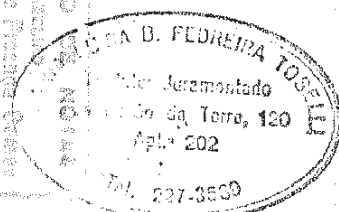


dência do conselho, encarregado da informação : GERARD JACQUET. - O Secretário de Estado para os assuntos econômicos : JEAN MASSON. O Secretário de Estado para o orçamento : JEAN FILIPPI. - - - -

DECRETO Nº 65-616 DE 22 DE JULHO DE 1955 - Que modifica o decreto nº 57.281 de 9 de março de 1957, / relativo ao regulamento de administração pública para a aplicação da lei nº 57.32 de 10 de Janeiro de 1957, referente aos estatutos da Agência FRANCE-PRESSE. (Diário Oficial, de 28 de Julho de 1965). - - -

O Primeiro Ministro : Visto o relatório do ministro da informação, do ministro da Justiça, do ministro das Relações Exteriores, do ministro da Fazenda e do ministro do Trabalho: - Considerando a lei nº ... 57-32 de 10 de Janeiro de 1957, referente aos estatutos da Agência FRANCE-PRESSE; - Considerando o decreto nº 57-281 de 9 de março de 1957, referente ao regulamento de administração pública para a aplicação da lei nº 57-32 de 10 de Janeiro de 1957, sobre os estatutos da Agência FRANCE-PRESSE; - Considerando o artigo 27 do decreto nº 63-766 de 30 de Julho de 1963; - O Conselho de Estado (seção do interior) tendo sido ouvido, - D e c r e t a : /

Artigo 1 - (Modifica o artigo 2 do decreto nº ...

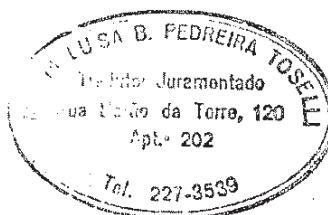


57-281 de 9 de março de 1957) - Artigo 2 - (Modifi- . 29 .
ca o artigo 9 do decreto nº 57-281 de 9 de março de
1957). - Artigo 3 - O ministro da Justiça, o Minis-
tro das Relações Exteriores, o ministro da Fazenda,
o ministro do Trabalho, o ministro da Informação, e
o Secretário de Estado para o orçamento, ficam encar-
regados, cada um no que lhe concerne, da execução /
do presente decreto, que será publicado no Diário /
Oficial da República Francesa. - - - Feito em PA-
RIS, a 22 de Julho de 1965. - GEORGES POMPIDOU.
Pelo Primeiro Ministro : O ministro da Informação
ALAIN PEYREFITTE. O ministro da Justiça : JEAN FOYER.
O ministro das Relações Exteriores : MAURICE COUVE
DE MURVILLE. - O ministro da Fazenda : VALÉRY GIS-
CARD D'ESTAING. - O ministro do Trabalho : GILBERT
GRANDVAL. O Secretário de Estado para o orçamento:
ROBERT BOULIN. - - - - -

POR TRADUÇÃO CONFORME :

Rio de Janeiro, 22 de agosto de 1974.-

Maria Luísa B. Pedreira Tosceli



[illegible]

Handwritten notes and signatures at the bottom of the page.

THE UNIVERSITY OF CHICAGO